

A SERVIÇO DA CATEGORIA

# Jornal do SINTUFRJ

www.sintufjrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

FASUBRA CUT

## Plano de saúde

O Ministério do Planejamento aprovou o convênio com a Caixa Assistencial Universitária do Rio de Janeiro (Caurj).  
O anúncio foi feito na quarta-feira, dia 9, pela PR-4. Saiba como aderir. Páginas 6 e 7

# Governo quer dar calote em acordo



## Acendeu a luz vermelha

A diretoria do SINTUFRJ acompanha, apreensiva, as reiteiradas declarações de autoridades do governo com ameaças ao não-cumprimento dos acordos salariais firmados no ano passado com categorias do funcionalismo público. No curso de 2007, como se sabe, os técnicos-administrativos das universidades federais, depois de uma greve de quase 100 dias, arrancaram um acordo salarial firmado por autoridades do governo. Os trabalhadores da UFRJ não podem aceitar que a extinção da CPMF sirva como justificativa para que acordos sejam desonrados. O argumento de falta de recursos não se sustenta, quando a sociedade tem consciência da sangria de dinheiro público para o pagamento de juros a banqueiros. A direção do Sindicato se mantém atenta aos acontecimentos em Brasília. Dependendo dos desdobramentos, chamará a categoria a lutar pelos seus direitos e impedir mais este ataque do governo.

Pré-Vestibular:  
republicamos o  
edital com  
retificação  
PÁGINA 8

A Fasubra se reúne com o governo na sexta-feira, dia 18, num ambiente de apreensão. A reunião já estava agendada antes do pacote baixado pelo Planalto no início do ano para com-

pensar a perda da CPMF e que ameaça os acordos firmados no ano passado com diversas categorias do funcionalismo. No caso dos trabalhadores da educação das universidades federais, o termo de compromisso as-

sinado em setembro estabelece reajustes da tabela salarial em maio de 2008, julho de 2009 e julho de 2010. Fasubra, CUT e parlamentares da Frente Parlamentar em Defesa do Funcionalismo se articulam para re-

sistir ao ataque. Mas, indiferente, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, reafirmou em entrevista a intenção do governo Lula de não honrar os acordos.

Páginas 2, 3, 4, 5 e 6

UFRJ vai contratar  
183 técnicos-  
administrativos em  
2008 PÁGINA 2



## DOIS PONTOS

# Foi tudo um mal-entendido

## PR-4 anuncia vagas que governo negara há duas semanas. O motivo é que faltava a relação de cargos a serem ocupados

Um mal-entendido entre a Reitoria e o MEC acabou induzindo a informação segundo a qual a UFRJ ficaria de fora das contratações autorizadas pelo governo para as universidades federais. As vagas para a UFRJ não haviam sido autorizadas porque a PR-4 não tinha enviado ao MEC a relação com os cargos que serão oferecidos através de concurso. Depois de tomada a providência, o ministério anunciou a destinação de 183 vagas para a universidade, que serão ocupadas

através de concurso de técnicos-administrativos. Serão 88 vagas para cargos de nível intermediário e 95 vagas para cargos de nível superior. Estão previstas vagas para assistente em administração, técnico de laboratório, bibliotecário, contador, técnico em assuntos educacionais, entre outros.

Após a publicação da portaria de autorização, a PR-4 começará a organizar o concurso para que a conclusão do processo ocorra até o final de junho de 2008, permitindo

do que a nomeação não esbarre nas proibições previstas na legislação eleitoral, já que este ano há eleições para prefeito e vereadores.

### Contagem para aposentadoria especial

A Secretaria de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento informou (através do Ofício Circular nº 17) que, após entendimento com a Presidência do INSS, caberá às entidades da Administração Pública Federal proceder

à contagem do tempo de serviço dos servidores no período em que eram regidos pela CLT.

O Ofício esclarece que o próprio órgão poderá emitir as certidões para contagem de tempo de serviço especial para os servidores que exerciam suas atividades em condições insalubres, perigosas ou que eram expostas a radiação ionizante.

Reunião na UFRJ - A PR-4, através da Divisão de Legislação, está convidando os chefes das seções de pessoal das unidades para uma reu-

nião na quinta-feira, dia 17, às 10h, no Salão Azul do prédio da Reitoria, quando serão passadas as orientações e os documentos necessários para que as unidades possam preparar as certidões de seus servidores.

Segundo o superintendente da PR-4, Roberto Gambine, serão abrangidos por essa decisão servidores que recebiam insalubridade, periculosidade ou que eram expostos a raios X durante o período em que eram celetistas até a vigência do RJU, ou seja, dezembro de 1990.

## Um Fórum Social diferente

No final de janeiro, milhares de pessoas ao redor do planeta irão marchar, protestar, celebrar e promover discussões em vilas, zonas rurais e centros urbanos em centenas de ações descentralizadas e auto-organizadas durante uma semana de mobilização, culminando em

um Dia de Mobilização e Ação Global em 26 de janeiro, para mostrar que um outro mundo é possível.

É que, em 2008, o Fórum Social Mundial (FSM) não terá uma edição centralizada. Os movimentos sociais preparam o Dia de Ação Global, com objetivo de mobilizar

o maior número possível de povos e localidades. Os organizadores do FSM esperam que ativistas em todo o mundo promovam iniciativas para marcar a data.

O Comitê Rio do Fórum está organizando o "Rio com Vida", com atividades no Aterro do Flamengo,

próximo ao Monumento dos Pracinhas, durante todo o dia 26.

Nesses períodos será realizado em Davos o Fórum Econômico Mundial, reunindo economistas e especialistas, "suas ideologias e técnicas que produzem violência, exploração, exclusão, pobre-

za, fome e catástrofes ecológicas, privando a humanidade de seus direitos fundamentais e esgotando os recursos naturais da Terra", conforme divulgam os organizadores do movimento (leia mais em [www.wsf2008.net/pt-br/node/2944](http://www.wsf2008.net/pt-br/node/2944)).

## Reitor critica suspensão de aumento



pensar o vazio de R\$ 40 bilhões deixado pelo fim da arrecadação do imposto, o governo pretende reduzir em R\$ 20 bilhões os gastos públicos nos três poderes.

A suspensão do aumento dos salários dos servidores federais inclui ainda os professores universitários, categoria que já havia negociado um acordo salarial com o Ministério da Educação (MEC) e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

O reitor Aloísio Teixeira, em entrevista, afirmou que, embora a proposta de aumento não fosse perfeita, significava um avanço real e um ganho efetivo para os docentes. Preocupado, Aloísio sugere que os reitores das demais

universidades federais "se manifestem no sentido de tentar contornar esse problema e recuperar o projeto inicial de aumento salarial para os professores".

Apesar dos cortes, os recursos alocados para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) serão mantidos: "Os concursos para professores e técnicos-administrativos, assim como os recursos para outros custeios e para investimentos, estão garantidos. Isso é uma coisa importante, mas certamente a possibilidade de não se cumprir o acordo do aumento dos docentes é negativo", observa o reitor Aloísio Teixeira.

## Manutenção tem novo diretor

A Divisão de Manutenção da Prefeitura Universitária (dima), órgão responsável pelos serviços de manutenção da Cidade Universitária e das unidades da UFRJ, passa a ser dirigida pelo técnico em edificações Carlos Fernando Paiva. O técnico ocupava posição de chefe da Seção de Obras da P.U. Ele substitui o engenheiro Marcio Mariano Lisboa, que está em processo de transferência para a Universidade de Brasília. A indicação foi feita pelo próprio Marcio Mariano, que trabalhava há 17 anos na Prefeitura da UFRJ. Paiva começou sua carreira na Universidade em 1988. Entre os meses de janeiro e fevereiro estará responsável por diversas intervenções na Cidade da Universitária para o reinício do período letivo.



## Curso de espanhol da CUT

O curso de espanhol da CUT, ministrado no Sindicato dos Servidores da Justiça Federal do Rio de Janeiro, está com as inscrições abertas para a turma de iniciantes. A mensalidade custa R\$ 40. Neste valor não estão incluídos a taxa de material e o livro. Para se inscrever, basta enviar e-mail para [formacao@sisejuferj.org.br](mailto:formacao@sisejuferj.org.br) com dados pessoais e telefone para contato. O Sisejufe fica na Av. Presidente Vargas, 509, 11º andar. Mais informações pelo telefone 9189-9746, falar com Roberto Ponciano, ou pelo e-mail [roberto@sisejuferj.org.br](mailto:roberto@sisejuferj.org.br).

## CUT no Fórum Social

No próximo sábado, dia 26 de janeiro, acontecerá a edição do Rio do Fórum Social Mundial. O evento, batizado de "Rio com Vida", está programado para o Aterro do Flamengo. A CUT estará presente com sua barraca e publicações. Os sindicatos que tiverem material para divulgação devem enviar e-mail para [imprensa@cutrj.org.br](mailto:imprensa@cutrj.org.br), ou entrar em contato através do telefone 2196-6700.



**ARROCHO SALARIAL À VISTA**

# Ameaça de calote

## Fasubra se reúne na próxima sexta com o governo, que ameaça não cumprir os acordos firmados em 2007

A Fasubra se reúne com o governo na sexta-feira, dia 18, num ambiente de apreensão. A reunião já estava agendada antes do pacote baixado pelo Planalto no início do ano para compensar a perda da CPMF, que ameaça não cumprir os acordos firmados no ano passado com diver-

sas categorias do funcionalismo. Representantes da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) se reúnem com o governo na quarta, dia 23. Para os dirigentes das duas entidades, as datas serão definitivas para que oficialmente o governo Lula confirme a

medida anunciada de suspensão dos aumentos previstos para 2008.

O acordo da Fasubra foi assinado em setembro de 2007 e prevê reajustes da tabela salarial dos técnicos-administrativos das universidades federais em maio de 2008, julho de 2009 e julho

de 2010. Envolve 150 mil trabalhadores.

Na base da Condsef e demais servidores do governo federal, segundo estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o número de trabalhadores que

podem ser prejudicados chega a quase 500 mil. Nos setores da Saúde, Trabalho e Previdência, com quase 178 mil servidores, a reestruturação da tabela remuneratória que está em fase ainda de discussão pode não mais ocorrer.

### O que eles dizem



**Luiz Antônio Araújo, Fasubra**

“É uma falácia do governo anunciar o rombo no Orçamento com a perda da CPMF. Para o próximo ano estão previstos R\$ 248 bilhões para o pagamento de juros e amortizações da ‘dívida’, o que corresponde a seis vezes a arrecadação da CPMF. Ao invés de ameaçar os trabalhadores, o governo Lula deveria fazer com que os ricos pagassem a conta, e não como é hoje, onde quem paga mais impostos são os pobres. É inadmissível que, no Brasil, os trabalhadores que recebem até 2 salários mínimos paguem 48% de impostos, enquanto aqueles que recebem acima de 30 salários paguem 26%. Por que o governo Lula não promove correção do Imposto de Renda, taxando os mais ricos? Por que não aumentar o inexpressivo Imposto Territorial Rural (ITR), que só beneficia os latifundiários? Por que não taxar as heranças e grandes fortunas, conforme já previsto na Constituição Federal de 1988? Por que não taxar os lucros exorbitantes dos bancos? De imediato, é necessário chamar uma plenária da categoria e dos SPFs para organizar um agenda já para fevereiro. Sem ação e reação o governo nos atropela!”



**Léia Oliveira, Fasubra**

“Não dá para ficar antecipando uma questão que não é oficial. No final do ano foi assinado o termo de acordo e firmado um cronograma que foi protocolado no Planejamento. Neste cronograma, as negociações terminariam em três meses e em fevereiro o acordo viraria projeto de lei. Parte do acordo foi cumprido, com o pagamento do auxílio à saúde já para as universidades que apresentaram sua proposta; outra parte é o desdobramento das discussões sobre o Anexo IV e a racionalização. O momento é muito delicado e temos que ter muita calma nessa hora. Se o governo vai ou não cumprir o que foi firmado, tem que dizer oficialmente. Partir já para uma ação do funcionalismo, acho precipitado. Vamos ter mais elementos para a frente e há todo um processo político dentro do próprio governo e no Congresso em movimento. Temos de dar um passo de cada vez com muita cautela, sem abrir mão da vigilância e estando alertas. Acho que o governo não vai descumprir acordos em ano eleitoral; no entanto, já estamos, nos articulando com a Andifes, com os parlamentares será em fevereiro e estamos tentando montar uma agenda com a Condsef.”



**João Paulo Ribeiro, Fasubra**

“Nós temos que começar a nos mobilizar e tentar agregar todos os setores envolvendo até a Andifes. O governo vai mostrar todas as garras para nos intimidar, pois o nosso acordo é de R\$ 2 bilhões e 700 mil e hoje ele diz que não tem dinheiro. Vai depender então de cada trabalhador garantir o que é de direito nosso, conquistado com muita luta, porque nada nunca veio de graça do governo. Ele nunca honrou os acordos com os trabalhadores, e já devemos estar preparados para partir para a ação. É esta pressão que fará com que o governo flexibilize a posição que vem tendo até agora em relação aos cortes no serviço público. Por enquanto o governo joga na mídia suas ameaças e vai consolidando esta posição. Com a votação do Orçamento em fevereiro e o retorno dos parlamentares a Brasília, estará ainda muita coisa em suspenso. Neste limbo, estaremos lascados se não nos anteciparmos.”

### “Se tiver que haver greve, ela será feita”



Integrante da Executiva Nacional da CUT e representante da Central na mesa de negociação que discute os interesses dos servidores públicos, Lúcia Reis disse que desde dezembro a central sindical elaborou um documento para o governo afirmando que não seria aceito qualquer rompimento dos acordos firmados. De acordo com a dirigente, “o governo é contraditório ao dizer que tem compromisso com as políticas sociais e seus investimentos e promover corte de recursos, em especial no Executivo, que é um setor central para nós”.

Lúcia Reis lembrou que ainda em dezembro a posição da CUT foi reafirmada na reunião entre

governo e Condsef: “Não aceitamos a suspensão dos processos de negociação e o não cumprimento dos acordos em função da CPMF”.

“Por enquanto não tem nada fechado. As direções das entidades estão retornando ao trabalho e a CUT está pressionando por respostas concretas por parte do governo. Até porque o Congresso está em recesso e o próprio governo está retomando suas atividades agora. No próprio Congresso a votação do Orçamento será em fevereiro, e no momento o que o governo está fazendo é ameaçar” disse a dirigente. Segundo Lúcia, na defesa dos acordos, “se tiver que haver greve, ela será feita”.



## ARROCHO À VISTA

# Ministro do Planejamento reafirma suspensão de reajustes

**Paulo Bernardo pede “paciência” aos servidores e afirma que “greve não vai resolver o problema”**

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, reafirmou em entrevista coletiva à mídia nacional na última sexta-feira, 11, a suspensão dos reajustes dos servidores federais dentro do pacote de medidas definidas pelo governo diante da perda da CPMF. Serão pelo menos 11 categorias que ficarão sem reajuste, mesmo tendo passado o ano de 2007 negociando com o governo e firmado acordos salariais.

Segundo o Ministério do Planejamento, os acordos em questão são aqueles fechados até dezembro, o que significa que o da Fasubra também está incluído na medida. Apesar de estar mais uma vez descumprindo acordo com os trabalhadores, o ministro do governo Lula pediu paciência para os servidores e apelou para o bom senso, pois os trabalhadores ameaçam entrar em greve. E desafiou: “A greve não vai resolver o problema do Orçamento deste ano”.

## Outro pacote, mais um ataque

A Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, constituída



Foto: Agência Brasil

**MINISTRO-TESOURA.** Paulo Bernardo articula com os deputados José Maranhão (presidente da Comissão do Orçamento) e José Pimentel cortes de verbas

por mais de 200 deputados e senadores, servidores e líderes sindicais, foi lançada em abril de 2007 e tomou como um dos principais desafios derrubar o PLP 01, projeto de lei complementar – contido no Pro-

grama de Aceleração do Crescimento (PAC) – lançado há um ano que limita investimentos no setor público nos próximos dez anos, congela salários e restringe o quantitativo de servidores, diminuindo a capaci-

dade do governo de assegurar saúde, educação e segurança.

No novo pacote lançado no início deste ano, o governo comete um erro ainda mais grave: ameaça descumprir acordos assumi-

dos com trabalhadores.

O deputado federal Chico Alencar (PSOL/RJ), integrante da Frente Parlamentar, garante que o grupo também vai cobrar o compromisso assumido com as categorias.

## Frente Parlamentar

“O governo estabelece um grande engodo ao assumir essa ideia de corte de gastos derivada do fim da CPMF. Não tem nada uma coisa a ver com outra. Os recursos da CPMF assim como nunca foram plenamente para a Saúde, também nunca o foram para custeio da máquina pública e muito menos para reajuste de servidores. É um golpe do governo. Ao ter se comprometido com o dogma do superávit primário, acaba mais uma vez jogando nas costas do servidor público – e portanto da população que por eles é servida – essa conta”, disse o parlamentar. Chico sustentou que a Frente Parlamentar vai atuar mais fortemente ainda, cobrando o cumprimento dos acordos e a realização de concursos.

## Condsef: servidores estarrecidos



Foto: Arquivo/Condsef

O dirigente da Condsef, Sérgio Ronaldo, explicou a posição da entidade diante das medidas do governo: “Tivemos uma reunião com o Ministério do Planejamento dia 21 de dezembro e o governo marcou para 23 de janeiro nova conversa com a justificativa de que precisava reajustar o Orçamento. Estamos estarrecidos com a posição dos ministros anunciando que as negociações e os acordos assinados estão suspensos. Mas oficialmente é o dia 23 que obteremos uma resposta oficial. Entretanto, não queremos acreditar que vão mais uma vez nos enrolar. Passamos o ano de 2007 negociando para garantir aumentos em 2008, 2009 e 2010. Não agüentamos mais rompimento de acordo. Produzimos então um documento com o levantamento feito pelo Dieese de todas as negociações feitas entre a entidade e governo, como também uma análise da CPMF e os reajustes salariais do funcionalismo público federal. Vamos mandar para a Presidência, Casa Civil e Planejamento afirmando que não aceitamos o congelamento dos reajustes por conta da CPMF.”

## Nota da FASUBRA Acordo assinado, acordo cumprido

A Direção Nacional (DN) da FASUBRA Sindical, acompanhando as informações veiculadas na Imprensa, e as manifestações do governo, na pessoa do Ministro do Planejamento Paulo Bernardo, divulgados por meio da imprensa nacional, manifesta sua posição em defesa do cumprimento do acordo firmado no Termo de Compromisso.

O ministro tem afirmado que os reajustes com os funcionários públicos estão suspensos e também que irá suspender novos concursos públicos, enquanto o governo federal não conseguir equilibrar o orçamento para cobrir os mais de R\$ 40 bilhões que deixarão de ser arrecadados com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Por outro lado, o Presidente Lula decretou outras medidas tributárias com vistas a compensar o que chama de perdas de receita da União, mas esse não é o objeto de discussão desse documento.

Ao final da Greve de 2007, foi assinado um Termo de Compromisso, com os representantes da FASUBRA, MEC, MPOG, CUT e ANDIFES, que para a FASUBRA representa a tradução oficial do Acordo construído a partir das propostas apresentadas na Mesa de Negociação. Até o presente momento, não recebemos qualquer tipo de documento do governo propondo alteração ou tornando sem efeito o mencionado Termo de Compromisso.

Estamos enviando ofício para o MEC e MPOG, solicitando oficialmente explicações sobre as notícias veiculadas, bem como a CUT, ANDIFES e Bancada de Parlamentares, que mediarão a firmação do Termo de Compromisso para que se manifestem publicamente sobre o assunto, especialmente no tocante ao acordo firmado com cerca de 155 mil trabalhadores em educação, ora representados pela FASUBRA.

Depois da decisão do Senado Federal acerca da CPMF a CUT, em reunião da executiva, manifestou posição contrária a qualquer quebra de Acordo com os trabalhadores (as). A ANDIFES, contactada pela FASUBRA, na pessoa de seu Presidente Professor Arquimedes, informou que manifestará ao Ministro da Educação, em reunião já agendada para o dia 15 de janeiro, a cobrança do cumprimento do Acordo, que segundo ele, está implicitamente ligado às condições objetivas para a implementação do REUNI. Estabelecemos ainda, contato com a CONDSEF, já agendando reunião para início de fevereiro, com as entidades que firmaram Acordo com o Governo, na perspectiva de uma ação articulada e unificada.

O ano de 2008 marca trinta anos de existência da FASUBRA, que continuará alerta e vigilante, buscando a garantia das conquistas históricas e a ampliação dos direitos da categoria articulada à luta mais ampla por uma educação superior pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade, referenciada socialmente.

A FASUBRA manterá a categoria informada, divulgando as suas ações acerca deste Tema, que será cobrado na Mesa de Negociação já agendada com o Ministério do Planejamento para o dia 18 de janeiro. Além disso, a FASUBRA reagirá de forma dura, caso haja qualquer ataque aos direitos da categoria.

Para a FASUBRA o que dá credibilidade e legitimidade na relação entre Estado e Trabalhadores do Serviço Público, é o cumprimento da palavra e dos acordos assinados.

A categoria não medirá esforços para garantir, com muita indignação e disposição para a luta, o que já foi pactuado e utilizará todos os instrumentos possíveis e necessários para denunciar mais uma quebra de compromisso do governo federal, podendo, inclusive, deflagrar mais uma greve, algo que não estava pautado para o próximo período.

Para a FASUBRA a extinção da CPMF não pode e nem deve servir como justificativa para o congelamento salarial ou para quaisquer outras medidas que caracterizem a quebra de compromisso assinado que garante uma reestruturação da tabela salarial para os anos de 2008, 2009 e 2010.

O momento atual mais uma vez demonstra a necessidade da busca da Unidade, em torno de bandeiras que unifiquem os trabalhadores (as), cuja meta deva ser unicamente a defesa intransigente dos interesses da Classe.

A FASUBRA no momento adequado estará indicando para o conjunto da Bancada Sindical a construção de ações unitárias que estabeleçam a preparação e mobilização de nossa base para mais uma possível batalha.

Dando conseqüências a estas ações a FASUBRA orienta:

- Que as entidades de base também marquem audiências com os reitores para que pressionem o governo através das reitorias e ANDIFES, com vistas a manutenção do mencionado acordo.

- Que agendem reunião com os Parlamentares nos estados, visando a construção de uma rede política de apoio a nossa luta.

Só a luta garantirá nossa conquista!!!

Direção Nacional da FASUBRA Sindical



**ARROCHO SALARIAL À VISTA**

# Acordo foi assinado depois de quase 100 dias de greve

## Termo de compromisso firmado entre Fasubra e Governo foi formalizado em 3 de setembro

A greve de quase 100 dias — iniciada no dia 30 de maio — terminou com uma assembleia agendada no dia 4 de setembro, que definiu o retorno ao trabalho no dia 10, depois do Comando Nacional de Greve da Fasubra assinar com o governo um termo de compromisso que, entre outras coisas, assegurava reajustes entre 5,37% e 20,07% a partir de maio de 2008. Mas na mesma assembleia, os trabalhadores da UFRJ se posicionaram contra a proposta do governo que resultou no acordo — referendado pelas assembleias da maioria das entidades filiadas à Federação. A maior parte da categoria, portanto, aceitou a proposta do governo formalizada no termo de compromisso assinado no dia 3 de setembro

pelo secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, e pelo secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Ronaldo Mota, que expressou o resultado da negociação.

O termo definiu que o governo encaminhasse à Casa Civil instrumento para contemplar a reestruturação de tabela negociada e mecanismo para, quando acontecesse a reestruturação, não haver absorção do VBC.

### As razões da greve de 2007

Em janeiro de 2005 foi sancionada a lei da nova Carreira. Além de reajustes, da possibilidade de crescimento, capacitação e qualificação, obtivemos mais. Na nova malha salarial, com 39 padrões de vencimentos básicos, com steps cons-

tantes, parte da categoria no topo da carreira pôde se mover verticalmente. No acordo, o governo se comprometeu com a evolução da carreira, principalmente a tabela, que, quando o plano foi implantado, não alcançou a íntegra do que estava previsto (piso de três salários mínimos e step de 5%).

Com isso, a distorção persistiu, como o congelamento de salários para a parcela da categoria que tinha parcela extra do salário chamada VBC (Vencimento Básico Complementar). Por isso, a Fasubra colocou a questão da reestruturação da tabela como emergencial na pauta de 2007.

Além do plano de saúde, na pauta específica reivindicamos ainda a racionalização (que é a

correção dos problemas originados com a organização dos cargos nas classes) e a alteração do Anexo IV, que diz respeito à tabela do incentivo à qualificação (para quem tem educação formal acima do exigido pelo cargo) e que precisava ter seus percentuais melhorados.

### Negociações de agosto

O governo apresentou sua primeira proposta efetiva de tabela no dia 7 de agosto. No dia 9 de agosto, a direção da Fasubra apresentou a sua, com percentuais de aumento que iam de 9,89% na Classe A a 31,84% na E. O governo respondeu com mais uma tabela. Retrocesso e brincadeira foram alguns dos adjetivos das lideranças sobre essa proposta, por-

que desconsiderava a estrutura hierárquica.

Em 28 de agosto, o governo apresentou a proposta final, que acabou consolidada no termo assinado. A proposta incluiu a extensão do plano de saúde para todos os técnicos-administrativos das Ifes a partir de novembro, incorporação à base da tabela da parcela chamada Valor Pecuniário Individual (de R\$59,87), manutenção da parcela Vencimento Básico Complementar; mudança na interpolação da Classe C para D, de P-16 para P-17 em 2010; mudança na interpolação da Classe D para E, de P-21 para P-23 em 2008, de P-23 para P-28 em 2009 e de P-28 para P-31 em 2010. A vigência da primeira tabela seria a partir de maio de 2008.

Fotos: Niko Júnior



JORNADA DE LUTA. O movimento grevista mobilizou milhares de trabalhadores. Na UFRJ, assembleias lotaram o auditório do Quinhentão, no CCS

## Termo de compromisso acertou

- contrapartida de R\$ 42, com início em novembro de 2007, a título de contribuição para o Auxílio de Saúde Suplementar;
- o governo encaminhasse à Casa Civil instrumento que contemplasse a reestruturação de tabela negociada;
- Constituição de instrumento legal — quando houvesse a reestruturação da tabela — para não absorção do VBC;
- o governo se comprometeria também a retomar as discussões sobre racionalização no GT específico em outubro; a ceder novo prazo para adesão à Carreira sem efeitos retroativos e a retomar o debate sobre percentuais de incentivo à qualificação.

### E as tabelas, como ficaram?

- A reestruturação da tabela remuneratória — que deveria entrar em vigor em maio de 2008, julho de 2009 e julho de 2010 — levou em consideração alguns parâmetros, como:
- incorporação à base da tabela remuneratória da parcela denominada Valor Pecuniário Individual — VPI (R\$ 59,87);
  - manutenção do VBC;
  - mudança na interpolação da Classe C para D, de P-16 para P-17 em 2010;
  - mudança na interpolação da Classe D para E, de P-21 para P-23 em 2008; de P-23 para P-28 em 2009 e de P-28 para P-31 em 2010.



## PLANO DE SAÚDE

# Ministério aprova convênio para plano de saúde dos servidores da UFRJ

**Em fevereiro, PR-4, SINTUFRJ e Caurj realizam audiências públicas com o objetivo de dirimir dúvidas dos servidores. Na página ao lado, publicamos as opções com as tabelas**

O Ministério do Planejamento aprovou o convênio com a Caixa Assistencial Universitária do Rio de Janeiro (Caurj). O anúncio foi feito na quarta-feira, dia 9, pela PR-4. "Recebemos ontem (dia 8) o processo do convênio e está completamente de acordo com a portaria", disse o pró-reitor de Pessoal Luís Afonso Mariz. A portaria a que ele se refere é a de número 1.983, de 5 de dezembro de 2006, que regulamenta a extensão da saúde suplementar aos trabalhadores das Ifes, substituída pela Portaria Normativa nº 1, de 27 de dezembro de 2007.

A nova portaria traz algumas alterações. Agora a cobertura

odontológica já não é mais obrigatória, e sim facultativa. Uma outra mudança se refere à inclusão de padrastos e madrastas como dependentes no plano, desde que estes sejam economicamente dependentes do servidor. A mudança esperada no artigo 41, que permitiria a contratação de mais de uma modalidade de auxílio-saúde, não aconteceu, estando a entidade obrigada a determinar uma única modalidade de plano para todos os seus servidores.

"Essa alteração, caso acontecesse, possibilitaria que os servidores que não quisessem aderir ao plano recebessem reembolso

**Adesão começará depois das audiências públicas. É importante os servidores ficarem atentos aos prazos. São 30 dias para que tudo seja implementado**

pelos serviços utilizados", explicou o coordenador-geral do SINTUFRJ Francisco de Assis.

## Audiências públicas

Em fevereiro, a PR-4 vai promover, com o SINTUFRJ e a Caurj, audiências públicas no Fundão e na Praia Vermelha com o objetivo de dirimir dúvidas dos servidores. Segundo o pró-reitor, agora existe um convênio de fato e, como no anúncio por parte do governo do recente pacote, nada foi mencionado em relação à suspensão do pagamento dos planos de saúde, "agora é colocar o bloco na rua". Francisco de Assis alerta para a

questão dos prazos. "O problema é que só temos 30 dias para implementar tudo isso", diz.

A adesão começará depois das audiências. A Caurj deverá colocar estandes em alguns pontos da universidade para que os servidores também possam tirar dúvidas. Mas os interessados podem procurar também a sede da conveniada, na Praia Vermelha, ou acessar o site [www.caurj.com.br](http://www.caurj.com.br). Assim que o servidor aderir ao plano, a informação é fornecida ao Siape pela Universidade e o benefício entra no contracheque seguinte.

(continua na página seguinte)

## ARROCHO À VISTA

## Dieese faz sua análise crítica

**Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos mostra que governo prefere cortar investimentos sociais a cortar gastos com a dívida**

Reproduzimos parte da análise do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) intitulada "A CPMF e os reajustes no setor público federal", encomendada pela Condsef.

Como se sabe, a CPMF se constituiu numa contribuição para o ajuste fiscal e para o cumprimento das metas de superávit primário, isto é, a reserva de recursos para o pagamento da dívida pública. Confira trecho da análise:

"(...) Vale mencionar que o governo, diante da recusa pela continuidade da CPMF, vem pensando em opções alternativas tanto pelo lado da receita bem como pelo lado da despesa pública. E nesse caso, é válido lembrar que, no lado dos gastos, é possível reverter a estrutura atual, pois cerca de 1/3 do Orçamento é comprometido com despesas financeiras, favorecendo um dos setores que vem mais se beneficiando com a

política econômica atual, ou seja, os bancos e grandes aplicadores em títulos da dívida pública.

Em 2006, por exemplo, mais de R\$ 150 bilhões foram pagos pelo Estado sob a forma de juros destinados ao serviço da dívida no Orçamento. Ao mesmo tempo em que os gastos com a previdência social reduziram sua participação no Orçamento de 31%, em 2005, para 27%, em 2006. Aliás, os gastos com a seguridade social (previdência, assistência social e saúde) estão estacionados em 11% do PIB.

Outra informação preocupante é que o ministro da Fazenda afirmou que estão sendo realizados estudos prevendo o fim dos reajustes salariais dos servidores, após várias rodadas de negociação envolvendo as representações dos servidores e do governo.

Dessa forma, até a divulgação do que o governo pretende fazer em função da perda da receita com a CPMF (a previsão é

que divulgue em fevereiro de 2008), os servidores públicos vão viver momentos de pura tensão e expectativa. Isso porque, conforme salientado anteriormente, o governo ameaçou suspender a concessão de reajuste salarial para diversas categorias, inclusive daquelas cujos acordos já foram assinados, caso da Polícia Federal, professores e técnicos universitários e Banco Central, se a Contribuição não fosse prorrogada.

Entre os mais prejudicados, sem dúvida alguma, estão os funcionários que integram o Plano Geral do Poder Executivo (PGPE), e dos ministérios da Saúde, Previdência e Trabalho. Juntos, somam quase 700 mil servidores que aguardam uma nova tabela salarial há vários anos.

Além disso, a pretensão do governo é de que os salários dos servidores públicos sejam congelados até 2010 (PL 01). Constatamos

se, apesar disso que, ano após ano, vem ocorrendo uma redução significativa nas despesas com pessoal. Para se ter uma idéia, os gastos com pessoal comprometiam 56,2% da Receita Corrente Líquida da União, em 1995, e em 2006 o comprometimento foi de, tão-somente, 29,73%.

Não procedem, portanto, as críticas, segundo as quais o aumento de gastos do governo federal tem decorrido do pagamento de pessoal. Estes itens, que representavam 5,23% do PIB, no período entre 1999 e 2002, caíram para 4,95% do PIB, entre 2003 e 2006. Prevê-se, ainda, nova redução nos próximos anos. Um tema essencial, que a mídia reduz à demagogia.

Ignorando completamente este fato, o governo prefere cortar gastos sociais ao invés de cortar os gastos com a dívida. Imediatamente após a derrota no Senado, o Presidente Lula e os Ministros da Fazenda e Planejamento

declararam à imprensa que o superávit primário não será tocado, em uma nítida intenção de agradar os 'mercados'.

O agravante, assim, é que o governo não admite mexer no superávit primário, a fim de preservar o gasto absurdo com o endividamento. Não aceita mexer, também, nas altíssimas taxas de juros, e nem na política monetária e cambial estabelecida pelo Banco Central, que tem permitido e estimulado, inclusive, a entrada maciça dos especuladores no país, para obterem ganhos expressivos com a dívida pública brasileira.

O governo aproveitou uma reunião que teve com a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), para avisar que vai rever a disponibilidade orçamentária para implantar todas as tabelas salariais apresentadas até aqui. O recado veio logo depois que o Senado votou e decidiu não prorrogar a CPMF até 2011. (...)"

**PLANO DE SAÚDE**

# Convênio com a Caurj foi assinado no fim de 2007

No fim de 2007, a Procuradoria e o Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) aprovaram a minuta do convênio para implantação do plano de saúde dos funcionários. A partir daí os documentos foram encaminhados ao Ministério do Planejamento.

A nova portaria consta na íntegra no site do Sindicato (www.sintufrj.org.br), bem como o termo de referência. É importante que todos conheçam o conteúdo, para que eventuais dúvidas já possam ser tiradas e para que o servidor tenha pleno conhecimento do funcionamento do plano e de seus direitos.

**Quem pode ser dependente**

- Cônjuge, companheiro ou companheira de união estável;
- Companheiro ou companheira de união homoafetiva, desde que comprovada a coabitação por período igual ou superior a dois anos;
- Pessoa separada judicialmente ou divorciada que receba pensão alimentícia;
- Filhos e enteados, solteiros, até 21 anos, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;
- Filhos e enteados, entre 21 e 24 anos, dependentes economicamente do servidor e estudantes de curso superior regular;
- Menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial.

**Como funcionam as tabelas**

**Tabela por faixa salarial**

Com esta tabela, os percentuais de contribuição para o plano individual têm como parâmetro o salário-base para cálculo do Imposto de Renda (IR).

**1ª situação** – Quem ganha até a base de cálculo do Imposto de Renda (IR), que é R\$ 1.313,70, pagará de complementação pelo plano individual o mesmo valor concedido pelo governo para o benefício: R\$ 42,00. Para esse trabalhador, o plano custará R\$ 84,00.

**2ª situação** – Quem ganha até duas vezes o salário-base do IR, o percentual de contribuição aumenta para 3,2% sobre a remuneração que serve de base para o IR.

**3ª situação** – Quem ganha até três vezes mais o salário-base do IR pagará 3,6% de contribuição sobre a remuneração que serve de base para o IR.

**4ª situação** – Quem ganha quatro vezes mais o salário-base do IR pagará 4% de contribuição, calculados sobre a remuneração que serve de base para o IR.

**Limite** – O teto máximo do valor da variação da contribuição do trabalhador para o plano de saúde é R\$ 304,00.

**Plano familiar**

A partir de duas pessoas, o titular e um dependente, os valores do plano serão calculados da seguinte forma:

Quem ganha até R\$ 1.313,70 vai pagar R\$ 42,00 por vida e

mais a variação de um sexto (1/6) do salário mínimo até um salário mínimo. Ou seja: pagará uma contribuição de 4,8% do salário bruto dele, incluindo os R\$ 42,00 por vida.

**Tabelas por faixa etária**

**1ª tabela** – Com co-participação apenas em consulta de 10% do valor da consulta cobra-

da pela tabela do Cremerj, que no momento é R\$ 42,00. Nesse caso, a contribuição a mais seria de apenas R\$ 4,20, e, mesmo assim, somente a partir da segunda consulta.

**2ª tabela** – Por faixa etária com co-participação estendida (inclui internação, tratamento odontológico e atendimento psiquiátrico).

## Plano enfermaria Com co-participação de 10% em consultas

Faixas etárias	Contrapartida MOPG/MEC/UFRJ UFRJ*	Cota de contribuição servidor**
0 a 18	R\$ 42,00	R\$ 35,75
19 a 23	R\$ 42,00	R\$ 35,75
24 a 28	R\$ 42,00	R\$ 44,97
29 a 33	R\$ 42,00	R\$ 44,97
34 a 38	R\$ 42,00	R\$ 59,87
39 a 43	R\$ 42,00	R\$ 65,52
44 a 48	R\$ 42,00	R\$ 102,28
49 a 53	R\$ 42,00	R\$ 112,78
54 a 58	R\$ 42,00	R\$ 140,31
> 59	R\$ 42,00	R\$ 210,33

\* Valor definido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contrapartida de R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) a título de contribuição para Auxílio de Saúde Suplementar do Servidor Público pela Nota Técnica do MEC/SESU.

\*\* Valor adicional a ser contribuído pelo beneficiário e seus dependentes na forma do art. 5º da Portaria nº 1.983, de 5/12/2007.

**Observações:**

- 1 - As co-participações incidirão em 10% sobre o total da contrapartida do MOPG/MEC/UFRJ somado à contribuição do beneficiário.
- 2 - A tabela de referência para agregados será a atualmente praticada pela Caurj.

## Plano enfermaria Com co-participação estendida

Faixas etárias	Contrapartida MOPG/MEC/UFRJ UFRJ*	Cota de contribuição servidor**
0 a 18	R\$ 42,00	R\$ 28,96
19 a 23	R\$ 42,00	R\$ 28,96
24 a 28	R\$ 42,00	R\$ 36,43
29 a 33	R\$ 42,00	R\$ 36,43
34 a 38	R\$ 42,00	R\$ 48,50
39 a 43	R\$ 42,00	R\$ 53,07
44 a 48	R\$ 42,00	R\$ 83,25
49 a 53	R\$ 42,00	R\$ 91,35
54 a 58	R\$ 42,00	R\$ 113,65
> 59	R\$ 42,00	R\$ 170,37

\* Valor definido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contrapartida de R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) a título de contribuição para Auxílio de Saúde Suplementar do Servidor Público pela Nota Técnica do MEC/SESU.

\*\* Valor adicional a ser contribuído pelo beneficiário e seus dependentes na forma do art. 5º da Portaria nº 1.983, de 5/12/2007.

## Observação 1: As co-participações incidirão conforme tabela abaixo:

Consultas, exames, procedimentos ambulatoriais e terapias	25 % limitado à R\$ 100,00 por procedimento*
Internação	R\$ 150,00
Odontológico	25 %**
Psiquiatria	30 %

\* Exceto quimio/radioterapia e hemodiálise.

\*\* Exceto urgência e emergência e prevenção.

**Observação 2:** A tabela de referência para agregados será a atualmente praticada pela Caurj.



# Pré-vestibular: inscrições em fevereiro

**Tradicionalmente, o Sindicato publica o edital do processo de seleção do Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ (CPV/SINTUFRJ). As inscrições serão nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro. Poderão se inscrever, além dos servidores filiados ao Sindicato, dependentes diretos, prestadores de serviço, participantes do MST e trabalhadores sindicalizados a entidades filiadas à CUT.**

São oferecidas 240 vagas para as turmas do IFCS e Fundão. Deste total será subtraído o número de vagas que venham a ser ocupadas pelos remanescentes de 2008. As vagas restantes são de 75% para funcionários técnico-administrativos da UFRJ e seus dependentes e de 25% para as demais categorias definidas no edital.

Dos 75% de vagas destinadas aos servidores da UFRJ, aquelas que não forem preenchidas por eles serão destinadas aos seus dependentes por sorteio público.

As aulas começarão no dia 3 de março, no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), 2º andar, às 18h. Todos os selecionados deverão comparecer, pois lá serão distribuídas as turmas e explicados os procedimentos do curso. Confira na íntegra o edital.

#### Calendário:

Inscrições: 20, 21 e 22 de fevereiro.

Sorteio: 26 de fevereiro na subsede do IFCS, às 18h.

Matrícula: 27, 28 e 29 de fevereiro nas subedes do IFCS (10 às 21h) e do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (9h às 17h).

Início das aulas: 3 de março.

#### Locais de inscrição:

Sede do SINTUFRJ, no Fundão, das 9 às 17h, próximo a Prefeitura da Cidade Universitária.

Subsede no IFCS, das 14h às 21h, Largo de São Francisco 1, sala 402.

Subsede na Praia Vermelha, das 9 às 17h, Avenida Venceslau Brás 71, próximo ao Hospital de Psiquiatria.

Subsede do Hospital Universitário, das 9 às 17h.

#### EDITAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO DO CPV/SINTUFRJ (2008)

1. PODEM SE INSCREVER NO CURSO PRÉ-VESTIBULAR DO SINTUFRJ:

- Servidores técnico-administrativos da UFRJ filiados ao SINTUFRJ que estejam em dia em suas relações com o sindicato, de acordo com o estatuto da entidade.

- **SOMENTE PODERÃO SE INSCREVER NO CPV-SINTUFRJ OS DEPENDENTES DIRETOS DOS SINDICALIZADOS (filho/as, cônjuge, os registrados no IRRF 2006 e enteado/as desde que apresentem declaração do casal de que vivem em sistema de companheirismo tendo como filho a o candidato).** (Errata)

- Prestadores de serviços na UFRJ há mais de 1 ano devidamente comprovado pela Direção da Unidade em que trabalha.

- Trabalhadores sindicalizados a entidades filiadas à CUT, em dia com suas obrigações financeiras, e categorias onde haja oposição cutista organizada.

- Participantes do MST.

Obs: **Todo servidor técnico-administrativo que se inscrever estará automaticamente selecionado.**

2. DATA DA INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO:

Dias 20, 21 e 22 de fevereiro de 2008.

3. LOCAIS DE INSCRIÇÃO:

- Sede do Sindicato: (9:00 às 17:00hs). Cidade Universitária – Ilha do Fundão – Rio de Janeiro, RJ. (Perto da Prefeitura da Cidade Universitária). Telefones: 2590-7209, 2560-8615, 2290-2484 e 2270-3348.

- Subsede do Sindicato no Centro: (14:00 às 21:00hs). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ. Largo de São Francisco, 1. Sala 402. Telefone: 3852-1026

- Subsede do Sindicato na Praia Vermelha: (9:00 às 17:00hs). Av. Venceslau Brás 71 (Próximo ao Hospital de Psiquiatria). Telefone: 2542-9143.

- Subsede do Hospital Universitário (09:00 às 17:00hs). Telefone 3866-6939 e 2562-6296.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

- Servidores técnico-administrativos da UFRJ:

- Documento de identidade;
- Comprovante de sindicalização (contracheque e carteirinha do sindicato atualizada);
- Comprovante de conclusão ou declaração de que está cursando o último ano do Ensino Médio.

- Dependentes de servidores técnico-administrativos:

- Documento de identidade;
- Comprovante de dependente de sindicalizado (carteira de identidade do dependente e comprovante de sindicalização do responsável ou declaração de dependente emitida pelo sindicato);
- Comprovante de conclusão ou declaração de que está cursando o último ano do Ensino Médio.

- Prestadores de serviços na UFRJ:

- Documento de identidade;
- Declaração do setor de pessoal da UFRJ onde presta seus serviços;
- Comprovante de conclusão ou declaração de que está cursando o último ano do Ensino Médio.

- Trabalhadores sindicalizados a entidades filiadas à CUT, e categorias onde haja oposição cutista organizada:

- Documento de identidade;
- Comprovante de sindicalização (contracheque ou carteirinha do sindicato com recibo de mensalidade paga);
- Comprovante de conclusão ou declaração de que está cursando o último ano do Ensino Médio.

- Participantes do MST:

- Documento de identidade;

- Declaração da direção estadual do MST de que participa efetivamente do movimento;

- Comprovante de conclusão ou declaração de que está cursando o último ano do Ensino Médio.

5. NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS E DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS POR CATEGORIA:

Ao todo serão oferecidas 240 vagas. Deste total será subtraído o número de vagas que venham a ser ocupadas pelos alunos remanescentes de 2008. As vagas restantes serão distribuídas da seguinte forma: 75% para funcionários técnico-administrativos da UFRJ e seus dependentes e 25% para as demais categorias citadas no item 01.

6. O PROCESSO DE SELEÇÃO

Os funcionários técnico-administrativos da UFRJ terão suas vagas automaticamente asseguradas.

Dos 75% de vagas destinadas aos servidores da UFRJ, aquelas que não forem preenchidas pelos servidores serão destinadas aos seus dependentes, obedecendo ao seguinte critério:

1. Sorteio Público, no caso do número de candidato exceder o número de vagas no dia 26/02/08.

OBS: Terão preferência os dependentes que já houverem concluído o ensino médio.

Os 25% de vagas destinadas às outras categorias (citadas no item 01) serão ocupadas obedecendo ao seguinte critério:

1. Sorteio público, no caso do número de candidato exceder o número de vagas no dia 26/02/08.

7. HORÁRIOS E LOCAIS DO CURSO:

O Curso Pré-Vestibular do Sintufrj funciona de segunda a sábado em dois locais distintos:

IFCS – O curso funciona de segunda a sexta, das 18:00 às 21:50h. Aos sábados o horário é das 8:00 às 13:00h.

Fundão - O curso funciona de segunda a sexta, das 16:00 às 20:20h. Aos sábados a aula será no IFCS, no horário das 8:00 às 13:00h.

8. MATRÍCULA:

Os candidatos selecionados deverão fazer a matrícula nos dias 27, 28 e 29 de fevereiro de 2008. Os candidatos que não comparecerem no ato da matrícula serão considerados desistentes.

OBS: Os funcionários técnico-administrativos da UFRJ serão considerados matriculados no ato da própria inscrição, de 20 a 22 de fevereiro, não necessitando retornar nos dias 27 a 29 de fevereiro.

9. INÍCIO DO ANO LETIVO:

As aulas terão início no dia 03 de Março de 2008, no Salão Nobre do IFCS, 2º andar, às 18:00 h. Todos os selecionados deverão comparecer, pois na oportunidade serão distribuídas as turmas e explicados os procedimentos do curso além de tirar dúvidas dos alunos, por ventura existentes, sobre a dinâmica do curso.

10. CALENDÁRIO:

INSCRIÇÕES: 20, 21 e 22 de fevereiro de 2008.

SORTEIO: 26 de fevereiro de 2008 na subsede do IFCS às 18:00h.

MATRÍCULA: 27,28 e 29 de fevereiro de 2008 nas subedes do IFCS (das 10:00 às 21:00 hs) e do Hospital Universitário (das 09:00 às 17:00hs).

INÍCIO DAS AULAS: 03 de março de 2008.

